



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 465/2013
(Autoria do Deputado Ney Leprevost)

Declara de Utilidade Pública o Instituto
Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência
e Tecnologia, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto Scribner
de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 224/2014 (Autoria do Deputado Francisco Bühner)

Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Meninos da Harmonia, com sede no Município de São José dos Pinhais e foro no foro regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Meninos da Harmonia, com sede no Município de São José dos Pinhais e foro no foro regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

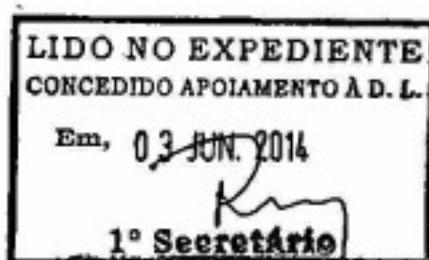
Sala das Comissões, 11 de agosto de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Francisco Bühner


Relator 


Relator



PROJETO DE LEI Nº 249 /2014

Altera a Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Declara de Utilidade Pública a Sverdi - Propagação e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Sverdi - Propagação e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba.

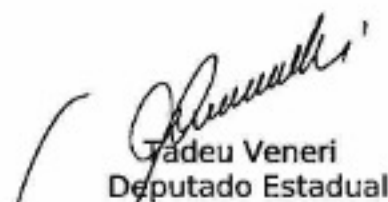
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 2 de junho de 2014.


Pedro Lupion
Deputado Estadual


Caio Quintana
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Tércio Turini
Deputado Estadual


André Bueno
Deputado Estadual


Aníbelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, concedeu o Título de Utilidade Pública à Sociedade Sverdi – Propagação e Cultura, com sede nesta Capital. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste a Sverdi – Propagação e Cultura, com sede e foro no Município Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 249/2014

Projeto de Lei nº. 249/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.977/1977 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SOCIEDADE SVERDI-PROPAGAÇÃO E CULTURA, COM SEDE NESTA CAPITAL” PARA “SVERDI- PROPAGAÇÃO E CULTURA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lel 6.977/1977. Súmula: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE SVERDI-PROPAGAÇÃO E CULTURA, com sede nesta capital.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Sociedade Sverdi-Propagação e Cultura, com sede nesta capital" para "Sverdi- Propagação e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Carlos

Dep. Carlos


Dep. Aníbal


Dep. Pastor

Dep. Aníbal

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24.06.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 03 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 250 /2014

Altera a Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

André Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, concedeu o Título de Utilidade Pública à Shalom Sociedade Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 250/2014

Projeto de Lei nº. 250/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.361/1986 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SHALON SOCIEDADE BENEFICENTE DO JARDIM GUARUJÁ, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CASCAVEL” PARA “SHALOM ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO JARDIM GUARUJÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 8.361/1986. Súmula: Declara de utilidade pública SHALON SOCIEDADE BENEFICENTE DO JARDIM GUARUJÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Shalon Sociedade Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro na Cidade de Cascavel" para "Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dr. Phils

Dr. Calvi

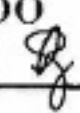

Dr. Salim


Dr. Pastor


Dr. Auri

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24.06.14 



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.

Em, 03 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 251 /2014

Altera a Lei nº 9.223, de 3 de abril de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 9.223, de-3 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Fundação Pedro Seleme, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Pedro Seleme, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Tercílio Turini
Deputado Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 9.223, de 3 de abril de 1990, concedeu o Título de Utilidade Pública à Fundação Maxinvest, com sede e foro no Município de Curitiba. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Fundação Pedro Seleme, com sede e foro no município Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 251/2014

Projeto de Lei nº. 251/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 9.223, de 3 de abril de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.223/1990 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "FUNDAÇÃO MAXINVEST, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ" PARA "FUNDAÇÃO PEDRO SELEME, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 9.223/1990. Súmula: Declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO MAXINVEST, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Fundação Maxinvest, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná" para "Fundação Pedro Seleme, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



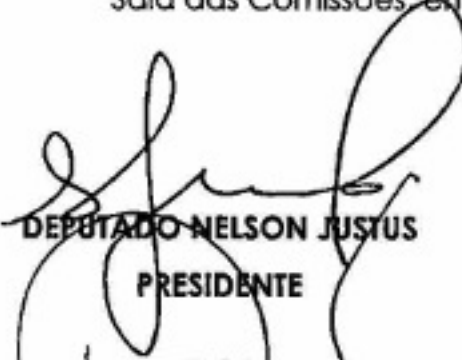
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 2014.




DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Des. Paulo

Des. Carlos


Des. Tarciso


Des. Pastor

Des. Amilton

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24.06.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 03 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 252 /2014

Altera a Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Perseverança, com sede e foro no Município de Paranaguá."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Perseverança, com sede e foro no Município de Paranaguá.

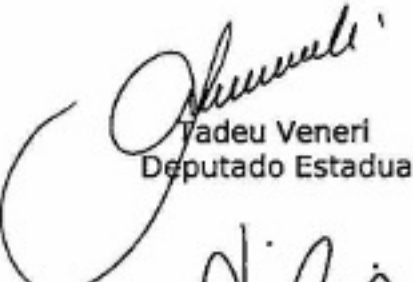
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2014.


Pedro Lupion
Deputado Estadual


Caio Quintana
Deputado Estadual


Vadeu Veneri
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Tercilio Turini
Deputado Estadual


Andre Bueno
Deputado Estadual


Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, concedeu o Título de Utilidade Pública à Creche Perseverança, com sede no Município de Paranaguá. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste ao Centro de Educação Infantil Perseverança, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/2014

Projeto de Lei nº. 252/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.724/1975 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CRECHE PERSEVERANÇA, COM SEDE NA CIDADE DE PARANAGUÁ” PARA “CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PERSEVERANÇA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.724/1975. Súmula: Declara de utilidade pública a CRECHE PERSEVERANÇA, com sede na Cidade de Paranaguá.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Creche Perseverança, com sede na Cidade de Paranaguá" para "Centro de Educação Infantil Perseverança, com sede e foro no Município de Paranaguá".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Paulo



Dep. Carlos


Dep. Juliano


Dep. Pastor
Dep. Aníbal

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24.06.14 



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 03 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 253 /2014

Altera a Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Província Cristo Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Província Cristo Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Tercílio Turini
Deputado Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, concedeu o Título de Utilidade Pública à Província Cristo Redentor da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede no Município de Curitiba. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste a Província Cristo Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 253/2014

Projeto de Lei nº. 253/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.962/1977 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “PROVÍNCIA CRISTO REDENTOR DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, COM SEDE NA CIDADE DE CURITIBA” PARA “PROVÍNCIA CRISTO REDENTOR, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.962/1977. Súmula: Declara de utilidade pública a PROVÍNCIA CRISTO REDENTOR DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, com sede na cidade de Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Província Cristo Redentor da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede na Cidade de Curitiba" para "Província Cristo Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SECRETARIA LEGISLATIVA
Pag 12 f

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Dep. Carlos


Dep. Turiani


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24.06.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 273/2014

Altera a Lei nº 7.132, de 4 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.132, de 4 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Sagrado Coração do Verbo Encarnado, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Sagrado Coração do Verbo Encarnado, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome, sede e foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 7.132, de 4 de maio de 1979, concedeu o Título de Utilidade Pública à Sociedade da Congregação do Sagrado Coração do Verbo Encarnado, com sede e foro na cidade de Cambará. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Sagrado Coração do Verbo Encarnado, com sede e foro no Município de Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 273/2014

Projeto de Lei nº. 273/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.132, de 4 de maio de 1979, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.132/1979 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SOCIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CAMBARÁ” PARA “ASSOCIAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.132/1979. Súmula: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO, com sede e foro na cidade de Cambará.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Sociedade da Congregação do Sagrado Coração do Verbo Encarnado, com sede e foro na cidade de Cambará" para "Associação Sagrado Coração do Verbo Encantado, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



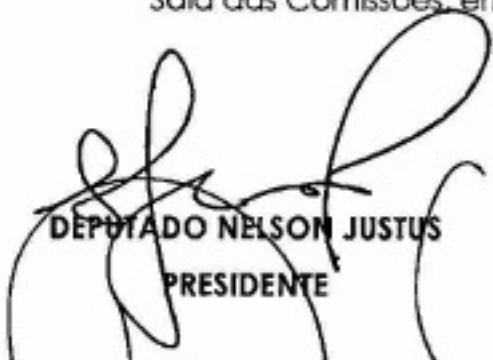
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 154

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Paulo


Dep. Carlos


Dep. Juliano


Dep. Pastor

Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14



PROJETO DE LEI Nº 274/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 JUN. 2014

1º Secretário

Altera a Lei nº 7.310, de 26 de maio de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.310, de 26 de maio de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Fundação Logosófica - Em Prol da Superação Humana, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Logosófica - Em Prol da Superação Humana, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 7.310, de 26 de maio de 1980, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Fundação Logosófica - Em Prol da Superação Humana, com sede e foro no Município de Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 274/2014

Projeto de Lei nº. 274/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.310, de 26 de maio de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.310/1980 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CENTRO DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO LOGOSÓFICA DE CURITIBA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CURITIBA” PARA “FUNDAÇÃO LOGOSÓFICA – EM PROL DA SUPERAÇÃO HUMANA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.310/1980. Súmula: Declara de utilidade pública o CENTRO DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO LOGOSÓFICA DE CURITIBA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba" para "Fundação Logosófica - Em prol da Superação Humana, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dr. Palicela

Dr. Condi

Dr. Turiani

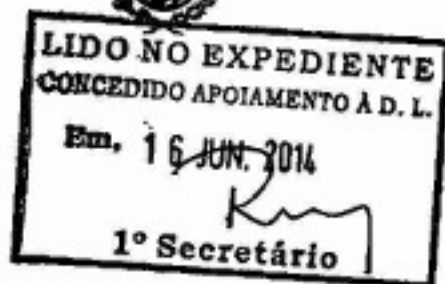
Dr. Curi

Dr. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14



PROJETO DE LEI Nº 275/2014

Altera a Lei nº 11.447, de 20 de junho de 1996, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 11.447, de 20 de junho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Missionária de Beneficência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Missionária de Beneficência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Deputado CAIO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 11.447, de 20 de junho de 1996, concedeu o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Ensino e Beneficência Província do Sul, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Missionária de Beneficência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/2014

Projeto de Lei nº. 275/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.447, de 20 de junho de 1996, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.447/1996 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "SOCIEDADE DE ENSINO E BENEFICÊNCIA PROVÍNCIA DO SUL, COM SEDE E FORO NA COMARCA DE PONTA GROSSA, ESTADO DO PARANÁ" PARA "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE BENEFICÊNCIA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 11.447/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade de Ensino e Beneficência Província do Sul, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Sociedade de Ensino e Beneficência Província do Sul, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná" para "Associação Missionária de Beneficência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Philiz


Dep. Cordeiro

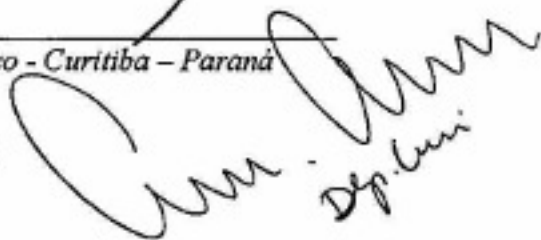

Dep. Indimmi

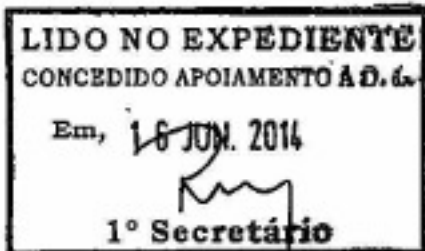

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14


Dep. Lúcio



PROJETO DE LEI Nº 277 /2014

Altera a Lei nº 10.641, de 14 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.641, de 14 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social O Bom Samaritano de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra."

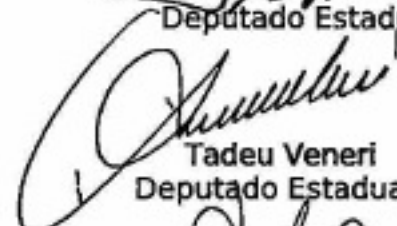
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social O Bom Samaritano de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra."


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

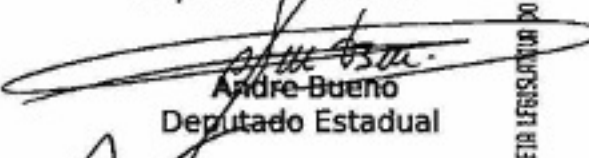

Pedro Lapion
Deputado Estadual



Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Tercilio Turini
Deputado Estadual


Carlo Quintana
Deputado Estadual


Cantora Maria Lima
Deputada Estadual


Andre Bueno
Deputado Estadual


Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 10.641, de 14 de dezembro de 1993, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Departamento de Assistência Social O Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Guaíra. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação de Assistência Social O Bom Samaritano de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 277/2014

Projeto de Lei nº. 277/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 10.641, de 14 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.641/1993 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA O BOM SAMARITANO, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE GUAÍRA- PR” PARA “ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O BOM SAMARITANO DE GUAÍRA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.641/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Departamento de Assistência O Bom Samaritano, com sede e foro na Cidade de Guaíra- PR.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Departamento de Assistência O Bom Samaritano, com sede e foro na Cidade de Guaíra- PR" para "Associação de Assistência Social O Bom Samaritano de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Paulo
Dep. Carlos

Dep. Fúmini

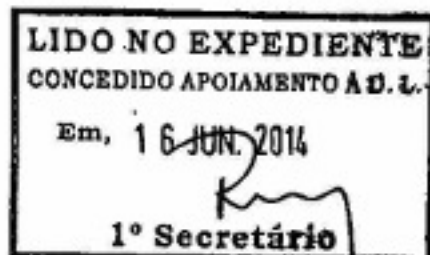
Dep. Pastor

Dep. Lúcio

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14



PROJETO DE LEI Nº 278 /2014

Altera a Lei nº 10.609, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.609, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Centro Comunitário de São Sebastião da Amoreira, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira e foro no Município de Assaí."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Centro Comunitário de São Sebastião da Amoreira, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira e foro no Município de Assaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Terólio Turini
Deputado Estadual

Aníbelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

André Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se, de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome e foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 10.609, de 13 de dezembro de 1993, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Centro Comunitário, no Município de São Sebastião da Amoreira. Entretanto, devido a alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Centro Comunitário de São Sebastião da Amoreira, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira e foro no Município de Assaí.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 278/2014

Projeto de Lei nº. 278/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 10.609, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.609/1993 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CENTRO COMUNITÁRIO, NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA” PARA “ASSOCIAÇÃO DA AMOREIRA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA E FORO NO MUNICÍPIO DE ASSAÍ” – POSSIBILIDADE. - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.609/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Comunitário, no Município de São Sebastião da Amoreira.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Centro Comunitário, no Município de São Sebastião da Amoreira" para "Associação da Amoreira, com sede no Município de São Sebastião da Amoreira e foro no Município de Assaí".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



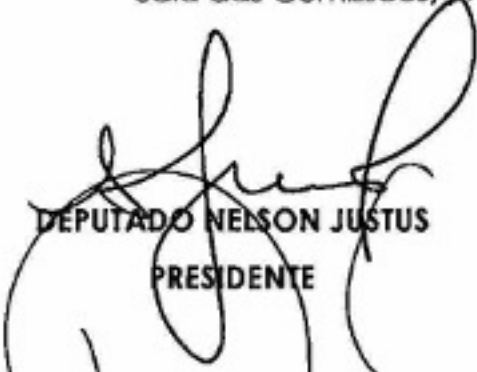
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.

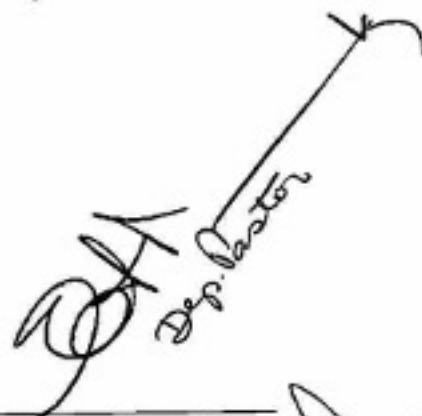

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Dep. Trindade

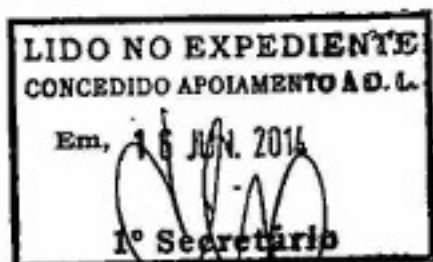

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14


Dep. Amari



PROJETO DE LEI Nº 279 /2014

Altera a Lei nº 10.580, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.580, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, com sede e foro no Município de Palmeira."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Terofilo Turini
Deputado Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Aníbel Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.580, de 13 de dezembro de 1993, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Departamento Sindical de Estudos Rurais, com sede no Município de Curitiba. Entretanto, devido a alteração no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, com sede e foro no Município de Palmeira.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 279/2014

Projeto de Lei nº. 279/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 10.580, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.580/1993 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS- DESER, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CURITIBA, NESTE ESTADO” PARA “DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.580/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Departamento Sindical de Estudos Rurais- DESER, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Departamento Sindical de Estudos Rurais- DESER, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado" para "Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, com sede e foro no Município de Palmeira".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões em 01 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Penido
Dep. Paulo
Dep. Berti

Dep. Tulin

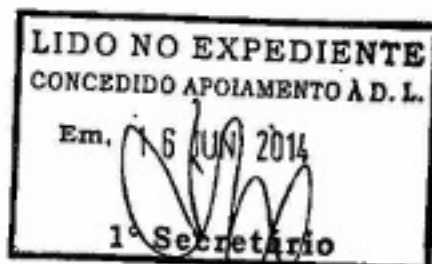
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14

Dep. Aníbal



PROJETO DE LEI Nº 280 /2014

Altera a Lei nº 8.129, de 13 de agosto de 1985, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 8.129, de 13 de agosto de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Gralha Azul - ASSOBEGA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Gralha Azul - ASSOBEGA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercílio Turini
Deputado Estadual

Aníbelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

André Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 8.129, de 13 de agosto de 1985, concedeu o Título de Utilidade Pública à Sociedade Beneficente Gralha Azul, com sede e foro no Município de Curitiba. Entretanto, devido a alteração no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Beneficente Gralha Azul - ASSOBEGA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 280/2014

Projeto de Lei nº. 280/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 8.129, de 13 de agosto de 1985, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.129/1985 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CURITIBA" PARA "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE GRALHA AZUL- ASSOBEGA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 8.129/1985. Súmula: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL, com sede e foro na cidade de Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Sociedade Beneficente Gralha Azul, com sede e foro na cidade de Curitiba" para "Associação Beneficente Gralha Azul- ASSOBEGA, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

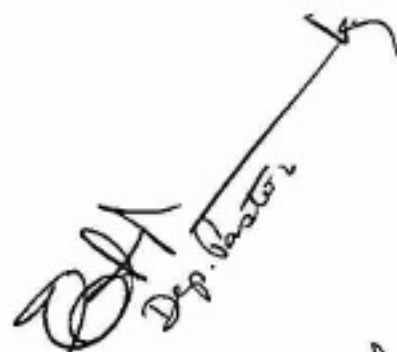
Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Dep. Paulo

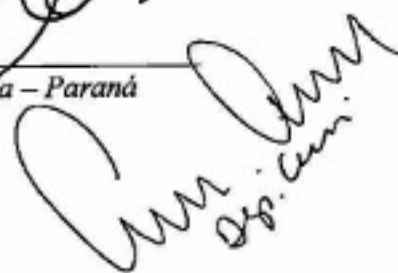

Dep. Antonio

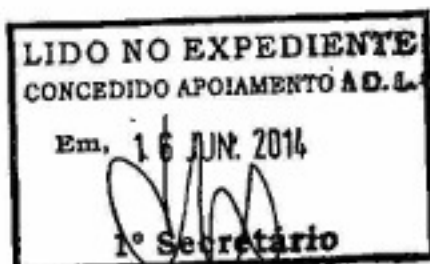

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14 


Dep. Cam



PROJETO DE LEI Nº 281 /2014

Altera a Lei nº 7.359, de 5 de setembro de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.359, de 5 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Tercílio Turini
Deputado Estadual

André Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 7.359, de 5 de setembro de 1980, concedeu o Título de Utilidade Pública à Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 281/2014

Projeto de Lei nº. 281/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 7.359, de 5 de setembro de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.359/1980 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "SOCIEDADE PESTALOZZI SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU" PARA "ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.359/1980. Súmula: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de São Miguel do Iguaçu.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu, com sede e foro na cidade de São Miguel do Iguaçu" para "Associação Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre;
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




CONCLUSÃO


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Pádua

Dep. Carlos


Dep. Salim

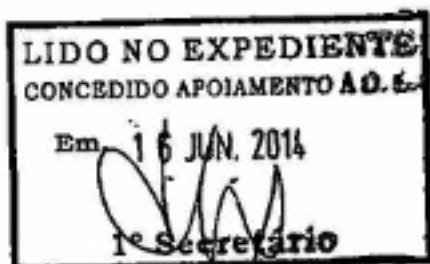

Dep. Pastor

Dep. Amorim

Praça Nossa Senhora da Salete, nº 100 - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14



PROJETO DE LEI Nº 282 /2014

Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

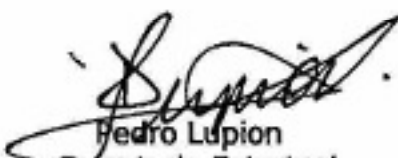
"Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo.

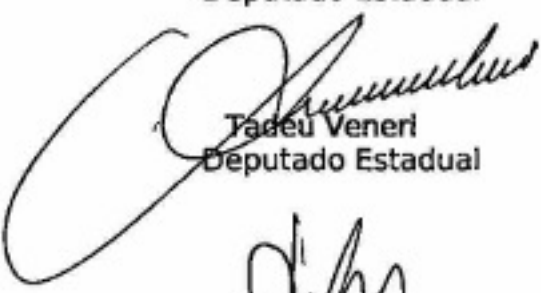
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.



Pedro Lupion
Deputado Estadual



Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Tercilio Turini
Deputado Estadual


Anibelli Neto
Deputado Estadual


Caio Quintana
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Andre Bueno
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos de Deficientes Físicos - A.P.A.D.A., com sede e foro no Município de Toledo. Entretanto, devido a alteração no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 282/2014

Projeto de Lei nº. 282/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.797/1991 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES FÍSICOS – A.P.A.D.A., COM SEDE E FORO NA CIDADE DE TOLEDO-PARANÁ” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS, DEFICIENTES AUDITIVOS E SURDOS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 9.797/1991. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Físicos – A.P.A.D.A., com sede e foro na cidade de Toledo- Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Associação de Pais e Amigos de Deficientes Físicos – A.P.A.D.A., com sede e foro na cidade de Toledo-Paraná" para "Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo",

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



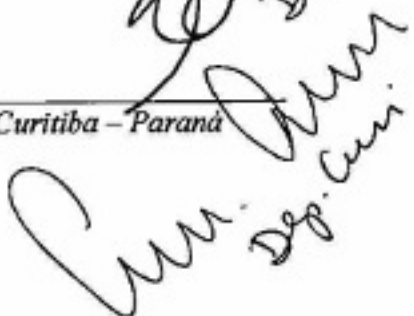


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

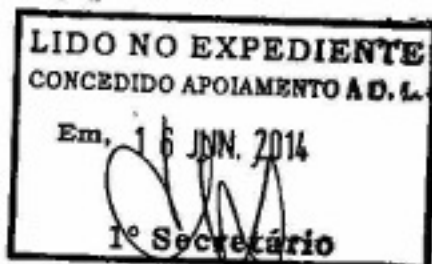
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

 Dep. Pires
 Dep. Carlos
 Dep. Tassinari
 Dep. Pastor
 Dep. Cur

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14



PROJETO DE LEI Nº 283 /2014

Altera a Lei nº 16.952, de 22 de novembro de 2011, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.952, de 22 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Construindo o Futuro, com sede no Município de Florestópolis e foro no Município de Porecatu.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Construindo o Futuro, com sede no Município de Florestópolis e foro no Município de Porecatu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Yadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercilio Torin
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Aníbel Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome e foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 16.952, de 22 de novembro de 2011, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Projeto Construindo o Futuro, com sede e foro no Município de Florestópolis. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Projeto Construindo o Futuro, com sede no Município de Florestópolis e foro no Município de Porecatu.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/2014

Projeto de Lei nº. 283/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 16.952, de 22 de novembro de 2011, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.952/2011 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “PROJETO CONSTRUINDO O FUTURO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS” PARA “ASSOCIAÇÃO PROJETO CONSTRUINDO O FUTURO, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS E FORO NO MUNICÍPIO DE PORECAÇU” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 16.952/2011. Súmula: Declara de utilidade pública o Projeto Construindo o Futuro, com sede e foro no Município de Florestópolis.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Projeto Construindo o Futuro, com sede e foro no Município de Florestópolis" para "Associação Projeto Construindo o Futuro, com sede no Município de Florestópolis e foro no Município de Porecatu".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

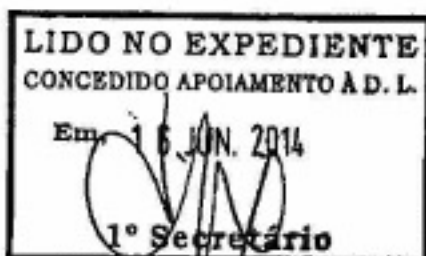
Imp. Pauli
Dep. Colli

Dep. Lúcio

Dep. Deivid

Dep. Am
Dep. Curi
Dep. Pastor

APROVADO



PROJETO DE LEI Nº 284 /2014

Altera a Lei nº 15.857, de 18 de junho de 2008, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 15.857, de 18 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública o SIESPAR – Sistema Integrado de Entidades Sociais do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o SIESPAR – Sistema Integrado de Entidades Sociais do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Fadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 15.857 de 18 de junho de 2008, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente – Lar Turminha de Jesus, com sede e foro nesta Capital. Entretanto, devido a alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste o SIESPAR – Sistema Integrado de Entidades Sociais do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 284/2014

Projeto de Lei nº. 284/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 15.857, de 18 de junho de 2008, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.857/2008 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “NÚCLEO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE- LAR TURMINHA DE JESUS, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL” PARA “SIESPAR- SISTEMA INTEGRADO DE ENTIDADES SOCIAIS DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 15.857/2008. Súmula: Declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente- Lar Turminha de Jesus, com sede e foro nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente- Lar Turminha de Jesus, com sede e foro nesta capital" para "SIESPAR- Sistema Integrado de Entidades Sociais do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A. IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Brício



Dep. Carlos

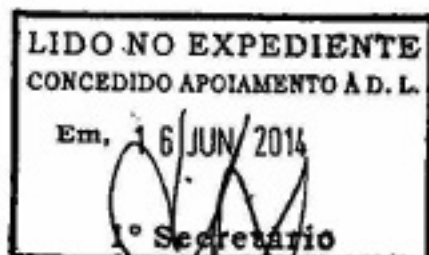

Dep. Turini


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.07.14 



PROJETO DE LEI Nº 285 /2014

Altera a Lei nº 15.657, de 2 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 15.657, de 2 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro no Município Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro no Município Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 15.657, de 2 de outubro de 2007, concedeu o Título de Utilidade Pública à FEMOTIBA – Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais, com sede e foro no Município Curitiba. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro no Município Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 285/2014

Projeto de Lei nº. 285/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 15.657, de 2 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.657/2007 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "FEMOTIBA- FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, CLUBE DE MÃES, ENTIDADES BENEFICENTES E SOCIAIS" PARA "FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, CLUBES DE MÃES, ENTIDADES BENEFICENTES E SOCIAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 15.657/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a "FEMOTIBA- Federação Democrática das Associações de Moradores, Clube de Mães, Entidades Benéficas e Sociais", com sede e foro no Município de Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação da "FEMOTIBA- Federação Democrática das Associações de Moradores, Clube de Mães, Entidades Benéficas e Sociais" para "Federação Democrática das Associações de Moradores, Clubes de Mães, Entidades Benéficas e Sociais de Curitiba e Região Metropolitana".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



DEP. ROMANELLI


DEP. TADEU



DEP. CAIO


DEP. CECÍLIO


DEP. LÚCIO


DEP. ALEXANDRE CURI


DEP. TRAIANO


DEP. PASTOR ESON


DEP. RICARDO CAPLI

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em 16 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 286 /2014

Altera a Lei nº 14.752, de 24 de junho de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 14.752, de 24 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira, com sede e foro no Município de Pinhais."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira, com sede e foro no Município de Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 14.752, de 24 de junho de 2005, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente "José Gaudêncio Silveira" de Apoio às Vítimas de Erro Médico, com sede e foro no Município de Pinhais. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira, com sede e foro no Município de Pinhais.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 286/2014

Projeto de Lei nº. 286/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 14.752, de 24 de junho de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.752/2005 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOSÉ GAUDÊNCIO SILVEIRA DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE ERRO MÉDICO, COM SEDE E FORO EM PINHAIS” PARA “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOSÉ GAUDÊNCIO SILVEIRA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 14.752/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beneficente "José Gaudêncio Silveira" de Apoio às Vítimas de Erro Médico, com sede e foro em Pinhais.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira de Apoio às Vítimas de Erro Médico, com sede e foro em Pinhais" para "Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira, com sede e foro no Município de Pinhais".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.

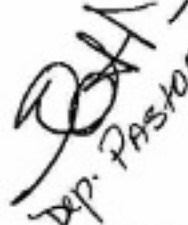

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


DEP. TERCÍLIO


DEP. TEREZIANNO


DEP. RIBAS CARLI


DEP. PASTOR EDSON


DEP. ALEXANDRE CURÍ


DEP. CAIRO


DEP. LUPION

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 287/2014

Altera a Lei nº 5.349, de 24 de junho de 1966, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 5.349, de 24 de junho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Declara de Utilidade Pública a Associação Família de Maria, com sede e foro no Município de Curitiba."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Família de Maria, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2014.


Pedro Lupion
Deputado Estadual


Caio Quintana
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Tercilio Turini
Deputado Estadual


Andre Bueno
Deputado Estadual


Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 5.349, de 24 de junho de 1966, concedeu o Título de Utilidade Pública à Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria ou Irmãs Franciscanas da Congregação da Sagrada Família, com sede no Município de Curitiba. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Família de Maria, com sede e foro no Município de Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 287/2014

Projeto de Lei nº. 287/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 5.349, de 24 de junho de 1966, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 5.349/1966 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA FRANCISCANAS DA CONGREGAÇÃO DA SAGRADA FAMÍLIA, COM SEDE EM CURITIBA” PARA “ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA DE MARIA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 5.349/1966. Súmula: Declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria Franciscanas da Congregação da Sagrada Família, com sede em Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria Franciscanas da Congregação da Sagrada Família, com sede em Curitiba" para "Associação Família de Maria, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.


 DEP. TADEU

 DEP. ROMANELLI

 DEPUTADO NELSON JUSTUS
 PRESIDENTE

 DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
 RELATOR

 DEP. TERCÍLIO

 DEP. CAIO

 DEP. ALEXANDRE CURIT

 DEP. TRIANO

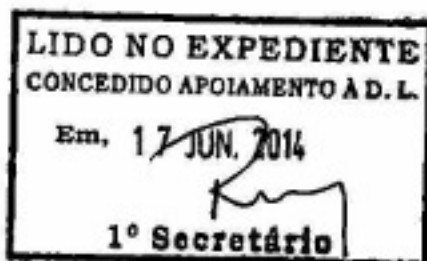
 DEP. RIBAS CARLI

 DEP. LUPION

 DEP. PASTOR EDSON

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
15.07.14



PROJETO DE LEI Nº 288/2014

Altera a Lei nº 13.405, de 21 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 13.405, de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Obras Sociais do Núcleo Espírita Chico Xavier, com sede e foro no Município de Londrina.

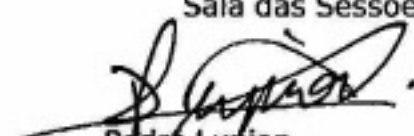
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Obras Sociais do Núcleo Espírita Chico Xavier, com sede e foro no Município de Londrina.

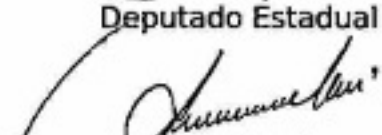
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º Revoga a Lei nº 13.948, de 6 de dezembro de 2002, de concessão de Utilidade Pública.

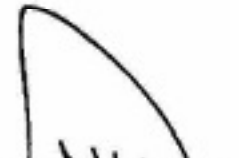
Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

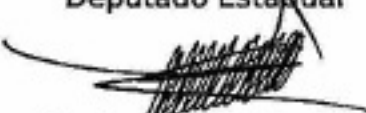

Pedro Lupion
Deputado Estadual

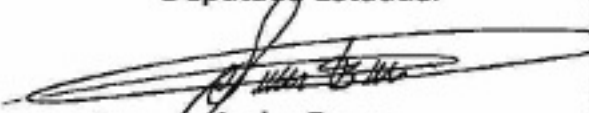

Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Tercilio Tyrini
Deputado Estadual


Aníbelli Neto
Deputado Estadual


Caio Quintana
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Andre Bueno
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.405, de 21 de dezembro de 2001, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Posto de Assistência Chico Xavier, com sede e foro no Município de Londrina.

Posteriormente, a Lei nº 13.948, de 6 de dezembro de 2002, seguindo o Estatuto Social, promoveu alteração no nome da entidade para Núcleo Espírita Chico Xavier.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser adequada para que conste Núcleo Espírita Chico Xavier, com sede e foro no Município de Londrina, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior – de 2002, visando evitar duplicidade.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 288/2014

Projeto de Lei nº. 288/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 13.405, de 21 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.405/2001 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “NÚCLEO ESPÍRITA CHICO XAVIER” PARA “ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DO NÚCLEO ESPÍRITA CHICO XAVIER” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.405/2001. Súmula: Declara de utilidade pública o Núcleo Espírita Chico Xavier, com sede e foro no município de Londrina.

O projeto pretende modificar a denominação do "Núcleo Espírita Chico Xavier" para "Associação Obras Sociais do Núcleo Espírita Chico Xavier".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

Dep. TERCILIO

Dep. CAITO

Dep. RIBAS CARLI

Dep. ALEXANDRE CURI

APROVADO

15.07.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 289/2014

Altera a Lei nº 12.500, de 22 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.500, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tereza Turini
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação da sede e foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 12.500, de 22 de janeiro de 1999, concedeu o Título de Utilidade Pública à Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro nesta Capital. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 289/2014

Projeto de Lei nº. 289/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.500, de 22 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.500/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO “SEDE E FORO NESTA CAPITAL” PARA “SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.500/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Casa de Recuperação Água da Vida – CRAVI, com sede e foro nesta Capital.

O projeto pretende modificar a sede e foro da "Casa de Recuperação Água da Vida – CRAVI, com sede e foro nesta Capital" para "Casa de Recuperação Água da Vida – CRAVI, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Tadeu



Dep. Loupion


Dep. Tanini


Dep. Caio


Dep. Inácio


Dep. Coli


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 290/2014

Altera a Lei nº 12.433, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.433, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Rede Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Rede Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 12.433, de 13 de janeiro de 1999, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Centro Profissionalizante Rede Esperança, com sede e foro nesta Capital. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste a Rede Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/2014

Projeto de Lei nº. 290/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.433, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.433/1999 – ALTERAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO "CENTRO PROFISSIONALIZANTE REDE ESPERANÇA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL" PARA "REDE ESPERANÇA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.433/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Profissionalizante Rede Esperança, com sede e foro nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Centro Profissionalizante Rede Esperança, com sede e foro nesta Capital" para "Rede Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.07.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 291/2014

Altera a Lei nº 16.072, de 3 de março de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.072, de 3 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Instituto Chico Mendes – INPRA, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto Chico Mendes – INPRA, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome e do foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 16.072, de 3 de março de 2009, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes – INPRA, com sede no Município de Quatro Barras e foro nesta Capital. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Instituto Chico Mendes – INPRA, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 291/2014

Projeto de Lei nº. 291/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 16.072, de 3 de março de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.072/2009 – ALTERAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO “INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA E RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL CHICO MENDES- INPRA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS E FORO NESTA CAPITAL” PARA “INSTITUTO CHICO MENDES – INPRA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 16.072/2009. Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes- INPRA, com sede no Município de Quatro Barras e foro nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes- INPRA, com sede no Município de Quatro Barras e foro nesta Capital" para "Instituto Chico Mendes – INPRA, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Município de Campina Grande do Sul".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



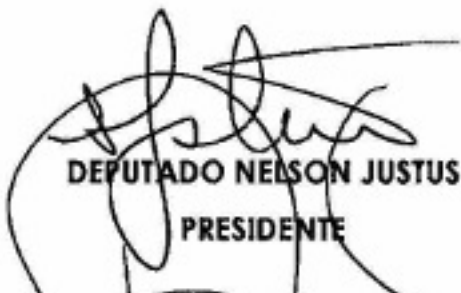
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


 → DEP. TERCÍLIO


DEP. RIBAS CARLI

 DEP. TADEU
 DEP. TEODORO LUPION

 DEP. TRAIANO

 DEP. CAIO

 DEP. ALEXANDRE CURI

 DEP. PASTOR EDSON

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 292/2014

Altera a Lei nº 12.288, de 18 de agosto de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 12.288, de 18 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Ação Social Espírita Edison Pereira de Magalhães, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Ação Social Espírita Edison Pereira de Magalhães, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome, sede e foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 12.288, de 18 de agosto de 1998, concedeu o Título de Utilidade Pública à Ação Social Espírita Casa da Criança Otília Honória Magalhães, com sede e foro nesta Capital. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Ação Social Espírita Edison Pereira de Magalhães, com sede e foro no Município de Piraquara.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 292/2014

Projeto de Lei nº. 292/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.288, de 18 de agosto de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.288/1998 – ALTERAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO “AÇÃO SOCIAL ESPÍRITA CASA DA CRIANÇA OTÍLIA HONÓRIA MAGALHÃES, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL” PARA “AÇÃO SOCIAL ESPÍRITA EDISON PEREIRA DE MAGALHÃES, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 09f

Lei 12.288/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Ação Social Espírita Casa da Criança Otília Honória Magalhães, com sede e foro nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Ação Social Espírita Casa da Criança Otília Honória Magalhães, com sede e foro nesta Capital" para "Ação Social Espírita Edison Pereira de Magalhães, com sede e foro no Município de Piraquara".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

DEP. TERCILIO

DEP. CAITO

DEP. RIBAS CARLI

DEP. PASTOR EDBSON

DEP. ALEXANDRE CURI

DEP. FABIANO

DEP. LUPION

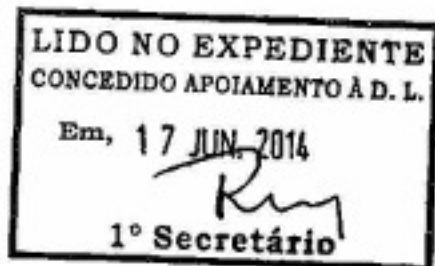
DEP. TATEU

DEP. ROMANELLI

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



PROJETO DE LEI Nº 293/2014

Altera a Lei nº 9.093, de 4 de outubro de 1989, de concessão de Título de Utilidade Pública e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 9.093, de 4 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 9.641, de 5 de julho de 1991, de concessão de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tércio Turini
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 9.093, de 4 de outubro de 1989, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede na Rua da Glória nº 158, Município de Curitiba.

Posteriormente, a Lei nº 9.641, de 5 de julho de 1991, promoveu alteração apenas retirando o endereço do texto da Lei e incluindo o foro.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser adequada para que conste Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior – de 1991, visando evitar duplicidade.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 293/2014

Projeto de Lei nº. 293/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 9.093, de 4 de outubro de 1989, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.093/1989 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "CENTRO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CURITIBA, COM SEDE NA RUA DA GLÓRIA Nº 158, MUNICÍPIO DE CURITIBA" PARA "CENTRO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CURITIBA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 9.093/1989. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede na Rua da Glória nº 158, município de Curitiba.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro do "Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede na Rua da Glória nº 158, município de Curitiba" para "Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


DEP. TERCILIO


DEP. CAITO


DEP. RIBAS CAÊLI


DEP. TADEU


DEP. TRAIANO


DEP. LUPION


DEP. EDSON


DEP. ALEXANDRE CURI

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 294/2014

Altera a Lei nº 12.083, de 11 de março de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 12.083, de 11 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 12.579, de 8 de junho de 1999, de concessão de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lypion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Terollio Turini
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.083, de 11 de março de 1998, concedeu o Título de Utilidade Pública à Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel.

Posteriormente, a Lei nº 12.579, de 8 de junho de 1999, veio por conceder novamente o referido título nos mesmos moldes da lei anterior.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser adequada e mantida constando Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior – de 1999, visando evitar duplicidade.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 294/2014

Projeto de Lei nº. 294/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Luplon, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.083, de 11 de março de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MANTIDA A MESMA DENOMINAÇÃO SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 12.083/1998 - DENOMINAÇÃO "FUNDAÇÃO CONSCIÊNCIA E TRABALHO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Luplon, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo manter a mesma denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.083/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel.

O projeto pretende manter a denominação, sede e foro da "Fundação Consciência e Trabalho, com sede e foro no Município de Cascavel".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



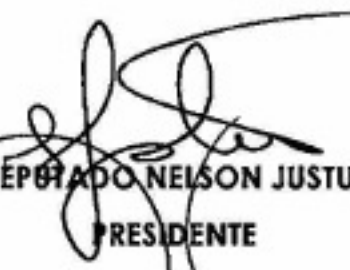
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


DEP. TERCÍLIO


DEP. TADEU


DEP. LUPION


DEP. TRAZIANO


DEP. RIBES CARLI


DEP. CASTRO

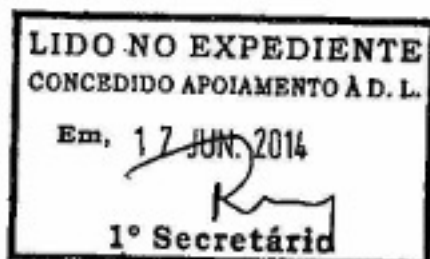

DEP. ASTOR EDEON


DEP. ALEXANDRE CARLI

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



PROJETO DE LEI Nº 295/2014

Altera a Lei nº 10.888, de 12 de julho de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 10.888, de 12 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã, com sede e foro no Município de Jaguapitã.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã, com sede e foro no Município de Jaguapitã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 12.172, de 27 de maio de 1998, de concessão de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lapion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.888, de 12 de julho de 1994, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã.

Posteriormente, a Lei nº 12.172, de 27 de maio de 1998, acrescentou ser a entidade mantenedora da Escola Especial Professora Nilda Simioni Rodrigues e também procedeu à inclusão de sede e foro no Município de Jaguapitã.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser adequada para que conste Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã, com sede e foro no Município de Jaguapitã. Diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior – de 1998, visando evitar duplicidade.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 295/2014

Projeto de Lei nº. 295/2014

Autores: Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 10.888, de 12 de julho de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.888/1994 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO “SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.888/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a sede e foro desta Lei, para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguapitã, com sede e foro no município de Jaguapitã".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

DEP. TERCILIO

DEP. TADEU

DEP. ROMANOLIN

DEP. RIBAS CARLI

DEP. DUPION

DEP. TRILIANO

DEP. CARLO

DEP. PASTOR EBSON

Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14

DEP. ALEXANDRE CUEI



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 296/2014

Altera a Lei nº 6.727, de 24 de novembro de 1975, de concessão de Título de Utilidade Pública e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 6.727, de 24 de novembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Missão Transmundial, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

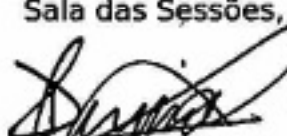
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Missão Transmundial, com sede e foro no Município de Campo Mourão.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º Revoga a Lei nº 7.322, de 3 de junho de 1980, de concessão de Utilidade Pública.


Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

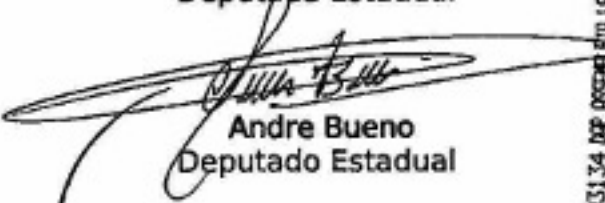

Pedro Lupion
Deputado Estadual



Caio Quintana
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Tercio Turini
Deputado Estadual


Andre Bueno
Deputado Estadual


Aníbelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.727, de 24 de novembro de 1975, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação Evangélica Transmundial, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. {

Posteriormente, a Lei nº 7.322, de 3 de junho de 1980, seguindo o Estatuto Social, promoveu alteração no nome da entidade para Associação Evangélica Missão Transmundial.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser adequada para que conste Associação Evangélica Missão Transmundial, com sede e foro no Município de Campo Mourão, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior - de 1980, visando evitar duplicidade.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 296/2014

Projeto de Lei nº. 296/2014

Autores: Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.727, de 24 de novembro de 1975, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.727/1975 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO “ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA TRANSMUNDIAL, COM SEDE NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO” PARA “ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO TRANSMUNDIAL, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.727/1975. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA TRANSMUNDIAL, com sede na cidade de campo mourão.

O projeto pretende modificar a denominação, sede e foro da "Associação Evangélica Transmundial, com sede na cidade de campo mourão" para "Associação Evangélica Missão Transmundial, com sede e foro no município de Campo Mourão".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



lela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de
Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 297/2014

Altera a Lei nº 5.450, de 24 de dezembro de 1966, de concessão de Título de Utilidade Pública e dá outras providências.

Art. 1º A Lei nº 5.450, de 24 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga as seguintes Leis, de concessão de Utilidade Pública:

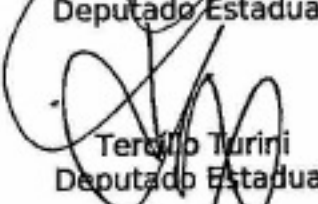
I – Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971, e

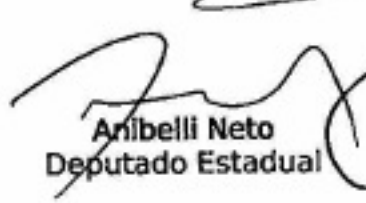
II – Lei nº 18.090, de 26 de maio de 2014.


Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

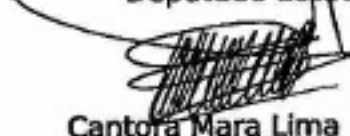

Pedro Lupion
Deputado Estadual

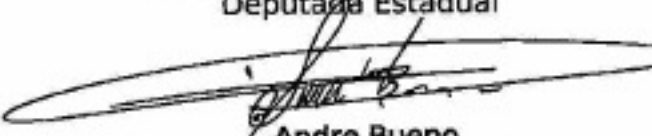

Tadeu Veheri
Deputado Estadual


Tercilio Turini
Deputado Estadual


Anibelli Neto
Deputado Estadual


Caio Quintana
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Andre Bueno
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 5.450, de 24 de dezembro de 1966, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a Lei acima mencionada deverá ser adequada para que conste Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município de Curitiba, revogando-se as Leis nº 6.205, de 12 de julho de 1971 e nº 18.090, de 26 de maio de 2014, que foram criadas apenas para alterações de sede e foro.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/2014

Projeto de Lei nº. 297/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 5.450, de 24 de dezembro de 1966, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 5.450/1966 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO “SEDE NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS” PARA “SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 5.450/1966. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede na cidade de Prudentópolis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a sede e foro da "Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede na cidade de Prudentópolis" para "Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
DEP. ROMANELLI

[Assinatura]
DEP. TERCÍLIO

[Assinatura]
DEP. TABEU

[Assinatura]
DEP. LUPION

[Assinatura]
DEP. TIBIANO

[Assinatura]
DEP. CAÍTO

[Assinatura]
DEP. PASTOR EBSOW

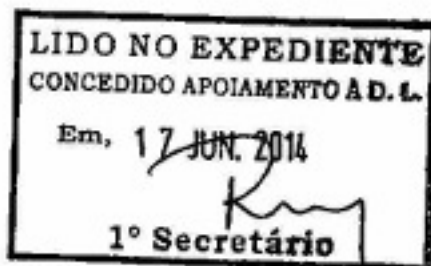
[Assinatura]
DEP. ALEXANDRE CURI

[Assinatura]
DEP. RIBAS CARLI

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



PROJETO DE LEI Nº 298/2014

Altera a Lei nº 14.662, de 1º de março de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 14.662, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade – CEMIC – Creche CEMIC Pingo de Gente, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade – CEMIC – Creche CEMIC Pingo de Gente, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Tercio Turini
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 14.662, de 1º de março de 2005, concedeu o Título de Utilidade Pública à Creche CEMIC Pingo de Gente, com sede e foro no Município de Umuarama. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade – CEMIC – Creche CEMIC Pingo de Gente, com sede e foro no Município de Umuarama.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 298/2014

Projeto de Lei nº. 298/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 14.662, de 1º de março de 2005, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.662/2005 – ALTERAÇÃO DO NOME "CRECHE CEMIC PINGO DE GENTE, DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA" PARA "CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE – CEMIC- CRECHE CEMIC PINGO DE GENTE" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 14.662/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche Cemic Pingo de Gente, do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama.

O projeto pretende modificar a denominação da "Creche Cemic Pingo de Gente, do Município de Umuarama" para "Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade – CEMIC-Creche CEMIC Pingo de Gente".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Bernardo Ribas Carli


Dep. Paulo Roberto


Dep. Tereza


Dep. Alexandre Curi


Dep. Traiano


Pastor Edson

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



LIBO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em. 01 JUL. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 316/2014

Altera a Lei nº 6.238, de 22 de outubro de 1971, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.238, de 22 de outubro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Fundação Pato-branquense do Bem Estar - Fundabem, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Pato-branquense do Bem Estar - Fundabem, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2014.

Pedro Lupion
Deputado Estadual

Caio Quintana
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Andre Bueno
Deputado Estadual

Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 6.238, de 22 de outubro de 1971, concedeu o Título de Utilidade Pública à Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor "FUNDABEM", com sede na cidade de Pato Branco. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Fundação Pato-branquense do Bem Estar - Fundabem, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 316/2014

Projeto de Lei nº. 316/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.238, de 22 de outubro de 1971, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.238/1971 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “FUNDAÇÃO PATOBRANQUENSE DO BEM ESTAR DO MENOR-FUNDABEM” PARA “FUNDAÇÃO PATOBRANQUENSE DO BEM ESTAR- FUNDABEM, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 16.925/2011. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor- FUNDABEM.

O projeto pretende modificar a denominação da "Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor- FUNDABEM" para "Fundação Pato-Branquense do Bem Estar – Fundabem, com sede e foro no Município de Pato Branco".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Prça Nossa Senhora da Salet s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 01 JUL. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 317/2014

Altera a Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

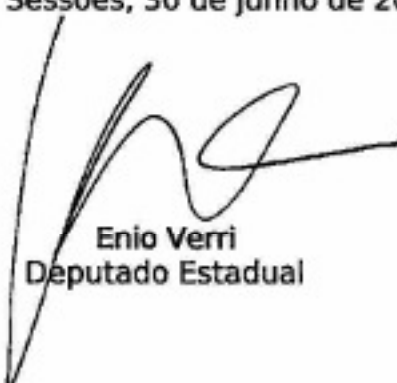
*Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural e Econômico Liberdade - ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural e Econômico Liberdade - ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2014.


Enio Verri
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de correção do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011, concedeu o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Econômico Liberdade - ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá. O Projeto de Lei nº 583/2011, de autoria do Parlamentar proponente, que originou a Lei de concessão de Utilidade Pública, suprimiu por equívoco a palavra Social da ementa e do seu art. 1º, citando corretamente o nome da entidade apenas na Justificativa que acompanhou o referido Projeto.

Tendo em vista a constatação da incorreção no cadastramento e obedecendo o conteúdo do Estatuto Social, propõe-se a correção da Lei nº 16.925, de 2011, para que nela conste adequadamente o nome da Entidade declarada de Utilidade Pública tanto na ementa quanto em seu art. 1º como: Agência de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural e Econômico Liberdade - ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 317/2014

Projeto de Lei nº. 317/2014
Autore: Deputado Enio Verri

Súmula: Altera a Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.925/2011 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, CULTURAL E ECONÔMICO LIBERDADE- ADASCEL” PARA “AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO LIBERDADE- ADASCEL” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Enio Verri, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 16.925/2011. Súmula: Declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Econômico Liberdade- ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Agência de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Econômico Liberdade- ADASCEL" para "Agência de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural e Econômico Liberdade- ADASCEL".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça










CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR








Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14